

NEWSLETTER

HQ
**HORA
CERTA
NEWS**

EDIÇÃO

4

Mercado de Capitais precisa de um regulador independente

- defende Joaquim Bazar

PÁGINAS 8 A 11

**HORA
CERTA
NEWS**.com

A NOTÍCIA NO TEMPO CERTO

**ANUNCIE EM
WWW.HORACERTANEWS.COM****E ATRAIA CLIENTES E PARCEIROS
FIÉIS DE NEGÓCIO.**

CONTACTO

+258 84 983 3332

Conselho da Juventude de Kampfumu e Hora Certa News firmam parceria para fortalecer comunicação juvenil

POR: REDACÇÃO



O Conselho Distrital da Juventude de Kampfumu e o jornal Hora Certa News assinaram, nesta segunda-feira, um Memorando de Entendimento (MdE), dando início a uma nova fase de cooperação entre as duas instituições.

O acordo pretende estabelecer uma plataforma de cola-

aboração voltada para a divulgação de iniciativas juvenis, promoção da participação dos jovens e fortalecimento da comunicação social no distrito.

A cerimónia de assinatura contou com a presença do jornalista Arson Mbanguine, representante do Hora Certa News, e de Elton Sithole, Presidente do Conselho Distrital da Juventude de Kampfumu, que formalizaram



o compromisso de trabalhar em conjunto para a promoção de ações de interesse da juventude.

Segundo os signatários, a parceria representa um passo importante na criação de mecanismos que permitam dar maior visibilidade aos pro-

jetos, desafios e conquistas dos jovens do distrito de Kampfumu.

O Memorando de Entendimento marca, assim, o início de uma nova era de colaboração institucional entre o Conselho Distrital da Juventude de Kampfumu e o Hora Certa News.

ÍNDIA E ÁFRICA:

Relações além da retórica

(Embaixador Anil Trigunayat, Ex-Embaixador da Índia na Jordânia, Líbia e Malta)

POR: REDACÇÃO



A Índia e a África mantêm uma relação histórica e profunda. Esta ligação tem sido frequentemente evocada em discursos políticos e diplomáticos, mas exige igualmente uma avaliação objectiva da extensão e da profundidade do actual nível de cooperação, de modo a resistir ao escrutínio e contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

É igualmente um facto que a Índia tem mantido, de forma consistente, o seu envolvimento com os países africanos, ainda que, em determinados momentos, através de iniciativas pontuais. O país emergiu como uma voz relevante na luta pela emancipação dos povos africanos do jugo colonial e, posteriormente, através do Movimento dos Países Não Alinhados (NAM), passou a defender e promover várias das principais preocupações dos países africanos, em particular dos Países Menos Desenvolvidos (PMD), em diferentes fóruns internacionais.

Entre esses espaços estiveram o Acordo Geral sobre Tarifas e

Comércio (GATT), actualmente Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Commonwealth Heads of Government Meeting (CHOGM) e as negociações internacionais sobre mudanças climáticas, além da discussão em torno da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Durante a sua presidência do G20, em 2023, a Índia assegurou o apoio à entrada da União Africana (UA) como membro permanente do grupo. A decisão foi amplamente apreciada pelos países africanos e contribuiu para reforçar a percepção favorável em relação à Índia em diferentes partes do continente.

Capacitação e formação de quadros

Através de programas de capacitação e de uma abordagem baseada no princípio de “partilhar e cuidar”, a Índia contribuiu para a formação de mão-de-obra qualificada, bem como para o desenvolvimento de instituições e infra-estruturas em áreas como educação e defesa.

Professores e académicos indianos gozaram de elevado prestígio em vários países africanos, sobretudo entre as pessoas que estudaram entre as décadas de 1960 e 1980. Muitos líderes africanos continuam a recordar os seus antigos professores indianos mesmo quatro ou cinco décadas depois.

O mesmo aconteceu no sector da defesa. Dezenas de oficiais militares formados na Índia chegaram posteriormente a ocupar posições de chefia nos seus respectivos países, incluindo cargos de chefes de Governo e de Estado.

Milhares de africanos receberam formação através do programa ITEC, integralmente financiado pela Índia, tendo muitos deles posteriormente assumido posições de responsabilidade nos seus países.

Outro exemplo de capacitação é o programa destinado à formação de cerca de 80 mulheres africanas por ano para trabalharem com painéis solares. Estas mulheres ficaram conhecidas como “Mamãs Solares” devido ao trabalho que desenvolvem nas suas comunidades depois de regressarem aos

países de origem. Cada uma delas pode contribuir para a electrificação de, pelo menos, 50 residências.

Mais recentemente, têm sido propostas iniciativas destinadas ao desenvolvimento de competências tecnológicas em sectores emergentes, através de Centros de Excelência e de formatos de cooperação bilaterais, regionais, sub-regionais e trilaterais com países considerados parceiros, incluindo França, Japão e Emirados Árabes Unidos.

Conectividade digital e educação

Uma das iniciativas mais relevantes de conectividade e capacitação lançadas pela Índia, em linha com a visão do antigo Presidente indiano A. P. J. Abdul Kalam, foi a Rede Electrónica Pan-Africana.

O projecto concentrou-se em áreas como telemedicina, tele-educação e governo electrónico, incluindo a conectividade entre chefes de Estado de 48 países.

A iniciativa envolveu cinco uni-

versidades indianas de referência, responsáveis pela oferta de cursos, e 12 hospitais de superespecialidades, que prestavam consultas e apoio à educação médica. O programa foi integralmente financiado pelo Governo indiano através da NEPAD.

Posteriormente, o programa foi ampliado e reforçado durante o Governo de Narendra Modi, através das iniciativas e-Vidya Bharati e e-Arogya Bharati. Segundo os dados apresentados, mais de 7.000 estudantes concluíram os seus estudos através destes mecanismos.

Desde a década de 1950, a Índia também tem incentivado a presença de estudantes africanos nas suas instituições de ensino superior, através de bolsas de estudo, programas de formação e iniciativas de capacitação.

Actualmente, segundo

A participação indiana em missões de paz da ONU remonta a 1960, no Congo. O seu papel tem sido reconhecido em diferentes operações internacionais, incluindo no contexto dos esforços destinados a prevenir o genocídio no Sudão do Sul.

Na Libéria, unidades policiais indianas desempenharam igualmente um papel de relevo. A antiga Presidente liberiana Ellen Johnson Sirleaf elogiou publicamente o trabalho desenvolvido pelas agentes indianas.

Actualmente, a Índia continua a formar cidadãos africanos não apenas nas suas instituições de defesa, mas também em operações de manutenção da paz, exercícios militares e outras áreas de segurança. O país também participa em iniciativas relacionadas com o combate ao terrorismo e às insurgências.

A Índia tem desempenhado igualmente um papel activo nas operações de combate à pirataria ao largo da costa oriental de África, particularmente na Somália e no Golfo de Adem, bem como em áreas do Oceano Índico, incluindo o Canal de Moçambique.

O objectivo é contribuir para a segurança da navegação e garantir a livre circulação do comércio e das comunicações marítimas.

Segundo os dados apresentados, a Marinha indiana escoltou com sucesso cerca de 2.500 embarcações.

À semelhança do Comando Africano dos Estados Unidos (AFRICOM), Nova Deli precisa também de avaliar estrategicamente a situação no Golfo da Guiné e outras iniciativas relacionadas com a consciência situacional marítima.

Na sequência das ten-

A DIÁSPORA INDIANA EM ÁFRICA

A diáspora desempenha um papel importante na aproximação entre os povos e, consequentemente, no aprofundamento das relações bilaterais, particularmente no domínio económico.

A experiência adquirida pelas comunidades indianas nos países africanos também tem permitido a muitos dos seus membros alcançar posições de liderança e contribuir para o desenvolvimento das relações económicas entre os dois lados.

Estima-se que existam cerca de três milhões de pessoas de origem indiana em diferentes países africanos.

A comunidade indiana tem vindo a integrar-se

mental Africano (AfCFTA).

OS DEZ PRINCÍPIOS DE NARENDRA MODI PARA ÁFRICA

Ao discursar no Parlamento de Uganda, em Kampala, em Julho de 2018, o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, apresentou uma visão para as relações entre a Índia e África baseada em dez princípios orientadores.

Entre as linhas de orientação estavam a consideração de África como uma das principais prioridades da política externa indiana e a manutenção do impulso da cooperação através de intercâmbios regulares.

A visão incluía ainda uma parceria para o desenvolvimento assente



estimativas apresentadas, mais de 55.000 estudantes provenientes de diferentes países africanos encontram-se na Índia.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DA DEFESA E SEGURANÇA

A Índia possui igualmente uma longa história de cooperação com países africanos no domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa e da participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

A Índia estabeleceu escolas de defesa nacional em vários países, incluindo a Nigéria.

Neste contexto, também poderá ser útil alinhar a cooperação com a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA), concebida no quadro da então Organização da Unidade Africana (OUA), para responder a problemas que afectam o continente, incluindo genocídio e limpeza étnica.

SEGURANÇA MARÍTIMA E ENERGIA

sões e dos conflitos envolvendo os Estados Unidos, o Irão e Israel, bem como do encerramento ou bloqueio de importantes pontos de estrangulamento marítimo, tornou-se ainda mais relevante, segundo esta perspectiva, que Nova Deli reorienta os seus esforços de segurança energética para o continente africano, numa lógica de benefício mútuo.

A garantia das rotas marítimas de comunicação poderá igualmente passar pelo reforço da cooperação e pelo desenvolvimento de capacidades nos países parceiros.

nas necessidades socioeconómicas das comunidades locais, prestando serviços em áreas como educação, assistência médica e criação de emprego.

Não é por acaso que o antigo Presidente da Nigéria afirmou, em mais de uma ocasião, que “os industriais indianos são os segundos maiores provedores de emprego depois do Governo Federal na Nigéria”.

Neste contexto, é defendida uma maior institucionalização desta relação também no âmbito do Acordo de Livre Comércio Conti-

nas prioridades definidas pelos próprios países africanos; acesso preferencial dos produtos africanos aos mercados indianos; apoio à utilização da revolução digital em África; reforço do potencial agrícola do continente; cooperação no combate às mudanças climáticas; e trabalho conjunto para manter os oceanos e as rotas marítimas livres e seguras para todos.

A proposta incluía igualmente a ideia de que África não deveria transformar-se num palco de competição entre grandes potências, mas num espaço de oportunidades



para a sua juventude, bem como o compromisso de trabalhar conjuntamente em favor de uma ordem mundial mais justa, representativa e democrática.

São princípios que apontam para uma abordagem de cooperação e parceria, em contraste com modelos de relacionamento que, segundo esta perspectiva, podem assumir características neocolonialistas na disputa por recursos e mercados africanos.

As relações Índia-África evoluíram, entretanto, para uma parceria multifacetada, abrangendo áreas como cooperação política, comércio e investimento, desenvolvimento, capacitação, saúde, educação, conectividade digital, tecnologias de informação e comunicação, inteligência artificial, defesa, espaço, minerais críticos, segurança alimentar e energética, energias renováveis e cooperação multilateral.

UMA NOVA CIMEIRA ÍNDIA-ÁFRICA

A 4.ª Cimeira do Fórum Índia-África (IAFS) foi adiada devido à crise do Ébola e, segundo a perspectiva apresentada, deveria realizar-se com a maior brevidade possível para permitir uma avaliação dos actuais desafios e a procura de respostas para as questões emergentes.

A parceria entre a Índia e África poderá desempenhar um papel importante na configuração da ordem mundial em formação, tendo em conta a combinação dos recursos naturais e humanos de ambos os lados.

A convergência entre a Agenda 2063 da União Africana e o programa Viksit Bharat 2047 poderá constituir uma plataforma para alinhar estas capacidades em benefício do desenvolvimento sustentável.

A parceria deverá, neste entendimento, concentrar-se em inovação, resiliência e transformação inclusiva.

ÍNDIA: A PRIMEIRA RESPOSTA DE CONFIANÇA

Quando uma onda gigante atingiu a Praia Marina, em Chennai, na manhã de 26 de Dezembro de 2004, arrastando pescadores e um grupo de crianças que jogava críquete, poucos imaginavam a dimensão da catástrofe que atingia toda a região.

Do outro lado da Baía de Bengala, comunidades locais e turistas estrangeiros nas praias da Tailândia e da Indonésia também eram atingidos pelas ondas.

O tsunami do Oceano Índico, em Dezembro de 2004, foi uma das maiores catástrofes naturais da

história recente. A tragédia provocou a morte de quase um quarto de milhão de pessoas e deslocou milhões de outras em 14 países da região do Indo-Pacífico.

A catástrofe marcou também a consolidação da capacidade institucional da Índia no domínio da Assistência Humanitária e Socorro em Desastres (HADR).

A Índia teve de responder à morte e à destruição no seu território continental, particularmente nos estados costeiros de Andhra Pradesh e Tamil Nadu, e à devastação registada nos territórios insulares de Andaman e Nicobar.

Ao mesmo tempo, prestou assistência a países do Sul e Sudeste Asiático, incluindo Sri Lanka, Maldivas, Tailândia e Indonésia.

Foram lançadas cinco operações de assistência humanitária e resposta a desastres: duas nacionais e três internacionais.

As operações foram denominadas Operação Madad, no litoral sul da Índia; Operação Sea Waves, em Andaman e Nicobar; Operação Castor, nas Maldivas; Operação Rainbow, no Sri Lanka; e Operação Gambhir, na Indonésia.

As operações mobilizaram as três forças armadas indianas e a Guarda Costeira, envolvendo mais de 40 navios, várias aeronaves de transporte e helicópteros

e mais de 20.000 militares.

A resposta contribuiu para consolidar a imagem da Índia como uma força de resposta rápida e confiável na região do Indo-Pacífico.

Pouco depois, o Parlamento indiano aprovou a Lei de Gestão de Desastres de 2005, criando um quadro legal e institucional para a preparação, mitigação e resposta a catástrofes.

A legislação estabeleceu uma estrutura de três níveis — nacional, estadual e distrital — e criou uma força especializada, a Força Nacional de Resposta a Desastres (NDRF), destinada a responder a situações de emergência.

O tsunami de 2004 também levou à aproximação operacional entre as marinhas da Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos, que coordenaram esforços de assistência humanitária. Esta experiência viria posteriormente a contribuir para a evolução do agrupamento conhecido como Quad.

Desde então, a Índia tem respondido a diferentes grandes desastres naturais, tanto nos países vizinhos como em regiões mais distantes.

OPERAÇÃO NEER

Em Dezembro de 2014, a Índia realizou uma das suas missões humanitárias

mais complexas, a Operação Neer, destinada a fornecer água potável às Maldivas depois de a única unidade de dessalinização do país ter entrado em colapso.

A Força Aérea Indiana e a Marinha Indiana trabalharam de forma contínua para transportar mais de 1.500 toneladas de água potável para as Maldivas.

A Índia foi o primeiro país a responder ao pedido de assistência feito pelas autoridades maldivas.

OPERAÇÃO MAITRI NO NEPAL

Em Abril de 2015, depois de um forte terramoto atingir o Nepal, a Índia lançou a Operação Maitri, uma ampla missão de busca, salvamento e assistência, apenas seis horas depois dos primeiros tremores.

Milhares de cidadãos indianos e estrangeiros que se encontravam isolados foram evacuados por via aérea e terrestre.

Centenas de toneladas de materiais essenciais foram igualmente transportadas para as áreas afectadas e foram instalados vários hospitais de campanha.

Depois da conclusão das operações de emergência, a Índia anunciou um importante pacote de reabilitação e reconstrução para o



Nepal, avaliado em cerca de 2 mil milhões de dólares norte-americanos.

OPERAÇÃO BRAHMA EM MYANMAR

Depois do terramoto que atingiu Myanmar no final de Março de 2025, a Índia lançou a Operação Brahma.

A missão envolveu conjuntamente as três forças armadas indianas e a Força Nacional de Resposta a Desastres.

Foram enviados mais de 750 toneladas de materiais e equipamentos, incluindo medicamentos essenciais e alimentos.

Hospitais de campanha foram instalados em Mandalay, enquanto equipas de engenharia foram mobilizadas para realizar operações de reconhecimento e avaliar os danos estruturais.

A Operação Brahma constituiu, segundo esta avaliação, um exemplo de resposta humanitária e de socorro em desastres que envolveu diferentes sectores do Governo indiano.

ASSISTÊNCIA AO SRI LANKA

No final de 2025, a Índia prestou assistência ao Sri Lanka na sequência da passagem do ciclone Ditwah, através da Operação Sagar Bandhu.

Foram fornecidos alimentos, equipamentos, medicamentos e outros bens essenciais, incluindo mais de 1.000 toneladas de rações secas.

A resposta indiana não se limitou aos países da sua vizinhança imediata.

Em 2023, após os terremotos que atingiram a Turquia e a Síria, a Índia também respondeu aos pedidos de assistência.

Através da Operação Dost, foi uma das primeiras nações a mobilizar equipas de busca e salvamento, com mais de 250 elementos, além de equipas médicas, cães especializados em busca e salvamento e material de apoio.

Em Março de 2019, a Índia prestou igualmente assistência humanitária e apoio na resposta a desastres em Moçambique, depois de o país ter sido atingido por um ciclone.

Em 2023, a Índia apoiou também o Malawi na sequência de um ciclone tropical.

ASSISTÊNCIA À VENEZUELA

Mais recentemente, em 26 de Junho de 2026, a Índia realizou uma das suas mais ambiciosas operações de assistência humanitária e resposta a desastres.

Trinta toneladas de materiais de emergência, acompanhadas por uma equipa de 41 elementos, composta por pessoal especializado em operações de salvamento e profissionais de saúde, chegaram à Venezuela em duas aeronaves C-17, na sequência de um terramoto que atingiu o país.

RESPOSTA À PANDEMIA DE COVID-19

Durante a pandemia de Co-

vid-19, a Índia forneceu 300 milhões de doses de vacinas a 99 países e a duas entidades das Nações Unidas.

No âmbito da iniciativa Vaccine Maitri, lançada em Janeiro de 2021, o país disponibilizou também medicamentos essenciais e apoio médico.

Estas acções passaram a integrar a experiência indiana de assistência humanitária e resposta a desastres.

Para a Índia, a HADR deixou, assim, de ser uma actividade meramente episódica para assumir o carácter de compromisso contínuo.

Esta orientação integra a política externa e de segurança indiana e foi formalmente associada à doutrina Segurança e Crescimento para Todos na Região (SAGAR), anunciada pelo Primeiro-Ministro Narendra Modi durante uma visita às Ilhas Maurícias, em Março de 2015.

A doutrina estabeleceu uma referência para a abordagem indiana à região do Oceano Índico e passou a integrar a visão indiana para o Indo-Pacífico.

Em 2019, a Índia apresentou igualmente a Iniciativa para os Oceanos Indo-Pacíficos (IPOI).

Em Março de 2025, esta visão evoluiu para a iniciativa MAHASAGAR, apresentada pelo Primeiro-Ministro Modi.

A abordagem indiana, contudo, não se limita à reacção perante catástrofes.

O país também tem procurado desenvolver mecanismos de cooperação internacional destinados à prevenção e mitigação dos riscos.

Entre as suas iniciativas está a contribuição para o desenvolvi-

mento de um sistema internacional de alerta de tsunamis e o lançamento da Coligação para Infra-estruturas Resilientes a Desastres (CDRI).

A CDRI, composta por 60 Estados-membros, trabalha com 25 pequenos Estados insulares em desenvolvimento para reforçar a resiliência das infra-estruturas perante desastres, incluindo escolas, hospitais e habitações.

Ao prestar assistência rápida e baseada nas necessidades durante situações de emergência e, simultaneamente, investir no desenvolvimento de capacidades para benefício mútuo, a Índia procura afirmar-se como uma força de resposta confiável perante emergências e como um parceiro do esforço global de resposta a desastres.

Suchitra Durai

Ex-Embaixadora da Índia na Tailândia e ex-Alta Comissária da Índia no Quénia.

VIKSIT BHARAT 2047: UM ROTEIRO PARA UMA NAÇÃO DESENVOLVIDA

É de saudar a decisão do Governo da Índia de estabelecer para o país a meta de se tornar Viksit Bharat até 2047, ano em que a Índia assinalará o centenário da sua independência.

Embora exista um entendimento geral de que a expressão Viksit Bharat corresponde à ideia de uma Índia desenvolvida, é necessário, do ponto de vista das políticas públicas, definir com maior precisão o que esse conceito representa e quais as transformações necessárias para o alcançar.

UMA ECONOMIA DE 10 BILHÕES DE DÓLARES

A Índia pode orgulhar-se legitimamente de ser uma das maiores economias do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB).

Contudo, para uma população que se aproxima de 1,5 mil milhões de pessoas, um PIB estimado em 4,5 biliões de dólares é considerado insuficiente para sustentar plenamente a ambição de uma nação desenvolvida.

Se a Índia pretende tornar-se Viksit no verdadeiro sentido do termo, será necessário aumentar significativamente a dimensão da economia, procurando atingir pelo menos 10 biliões de dólares.

Esta meta é considerada alcançável mediante

CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO

O crescimento do PIB, por si só, não será suficiente.

O crescimento económico deverá ser inclusivo, isto é, deverá beneficiar também as populações mais desfavorecidas e as pessoas que se encontram na base da pirâmide económica.

O Governo indiano criou programas destinados a apoiar as populações vulneráveis, entre eles o Pradhan Mantri Garib Kalyan Yojana.

Contudo, a criação de emprego para a juventude deverá tornar-se uma prioridade nacional tanto para o Governo Central como para os Governos Estaduais.

O Estado, por si só, não conseguirá criar to-

tamente preparados para responder às exigências do mercado de trabalho.

Neste contexto, a capacitação e a requalificação dos graduados tornam-se fundamentais.

A formação técnico-profissional, a cooperação entre a indústria e as instituições académicas e a aquisição de competências tecnológicas, incluindo conhecimentos em Inteligência Artificial, deverão assumir prioridade.

O investimento na educação, tanto pública como privada, deverá aumentar significativamente, sobretudo nos Estados que apresentam níveis de investimento abaixo da média nacional.

Ao mesmo tempo, a investigação e o desenvolvimento deverão rece-

volvido programas como o Ayushman Bharat e o Ayushman Arogya Mandir, que contribuíram para ampliar a prestação de cuidados de saúde no país.

O número de vagas nas faculdades de medicina mais do que duplicou desde 2014, numa tentativa de reduzir a distância entre o número de médicos disponíveis e as necessidades da população.

Também foram desenvolvidas iniciativas para promover a Índia como destino mundial de turismo médico.

APESAR DESSES AVANÇOS, PERSISTEM DESAFIOS RELEVANTES.

O investimento público na saúde continua abaixo dos níveis considerados necessários.

em trajectórias de elevadas emissões de carbono.

Também não deverá seguir integralmente o modelo de desenvolvimento chinês, marcado por um elevado consumo de carvão.

A Índia encontra-se, segundo esta perspectiva, numa posição singular entre as grandes economias contemporâneas para seguir uma trajectória de baixo carbono rumo a uma economia de rendimento elevado assente no desenvolvimento sustentável.

A adopção deste caminho não deverá ocorrer apenas em resposta às expectativas internacionais, mas também como resposta às necessidades e aos interesses da própria população indiana.



um conjunto de reformas e mudanças estruturais.

Cerca de 40 por cento do PIB indiano está relacionado com o comércio externo. Por isso, será necessário aumentar significativamente a participação da Índia no comércio internacional.

Em particular, a participação indiana nas exportações mundiais, actualmente estimada em cerca de 2 por cento, deverá crescer para 10 por cento.

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE), que no último ano ficou ligeiramente abaixo dos 100 mil milhões de dólares, também precisará de aumentar de forma significativa.

Para alcançar estes objectivos, o Governo indiano terá de promover reformas económicas profundas em áreas como terra, trabalho, energia, agricultura, infra-estruturas e obstáculos de natureza regulamentar.

dos os empregos necessários, e nem mesmo o sector formal terá capacidade para absorver toda a mão-de-obra disponível.

Por isso, torna-se fundamental criar um ecossistema no qual os jovens possam tornar-se empreendedores e criadores de emprego, em vez de permanecerem exclusivamente como candidatos a vagas.

Os actuais níveis de desigualdade económica são considerados insustentáveis, sendo necessário adoptar medidas que conduzam a uma sociedade mais equilibrada.

CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

É amplamente reconhecido que o sistema educativo indiano continua excessivamente dependente da memorização e que produz todos os anos milhares de licenciados que nem sempre estão imedia-

ber prioridade máxima nas instituições relevantes.

Uma população próxima de 1,5 mil milhões de pessoas poderá constituir um importante dividendo demográfico para a Índia.

Mas esse potencial só poderá ser concretizado se a população possuir as competências necessárias para responder aos desafios de uma economia baseada no conhecimento.

SAÚDE

O sistema de saúde indiano está a atravessar uma profunda transformação, impulsionada pela digitalização e pela expansão das infra-estruturas de saúde.

Apesar dos avanços, permanecem desafios importantes, nomeadamente devido ao aumento dos custos dos cuidados médicos e ao crescimento da incidência de doenças crónicas.

O Governo tem desen-

A Índia enfrenta igualmente uma crescente prevalência de doenças cardiovasculares e diabetes, o que representa uma pressão adicional sobre o sistema de saúde.

Por isso, o país precisa de prosseguir a transformação das suas infra-estruturas de saúde pública, procurando garantir que os cuidados sejam acessíveis, de qualidade e orientados para as necessidades da maioria da população.

A Missão Nacional de Saúde tem desempenhado um papel relevante neste processo, mas necessita de continuar a ser fortalecida e optimizada.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Índia não deverá necessariamente reproduzir os modelos seguidos pelos países industrializados, que basearam grande parte do seu desenvolvimento

A Índia encontra-se numa posição favorável para alcançar a meta de se tornar Viksit Bharat até 2047.

Para isso, porém, será necessário adoptar uma abordagem de missão nacional, com a participação coordenada de diferentes sectores do Governo e da sociedade.

O objectivo exigirá que nenhum esforço relevante seja deixado de lado.

Os próximos vinte anos poderão, assim, constituir um dos períodos mais decisivos da história contemporânea da Índia.

Dr. Mohan Kumar é ex-Embaixador da Índia em França e actualmente exerce funções de reitor e professor na Universidade Global O. P. Jindal.

As opiniões expressas são pessoais.

Mercado de Capitais precisa de um regulador independente

- defende Joaquim Bazar



Fascinado pelo mercado de capitais e com uma longa experiência profissional no sector bancário moçambicano, Joaquim Bazar, jovem empresário e sócio-fundador da Amaramba Capital Dealer, abriu as portas ao Diário Hora Certa News para abordar, entre vários assuntos, as fragilidades que identificou no mercado de capitais moçambicano.

Bazar aponta a ausência de operadores independentes como uma das principais lacunas para o desenvolvimento deste sector. Defende igualmente a criação de uma instituição reguladora especializada, à semelhança da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários existente em Portugal, como forma de reforçar a segurança e a confiança dos investidores.

Na sua perspectiva, o sector privado nacional de-

pende, em grande medida, do desenvolvimento dos mercados de capitais. Considera, por isso, urgente a criação de mecanismos capazes de garantir maior segurança aos investidores e estimular a participação no mercado.

HC – Gostávamos de agradecer por nos ter aberto as portas para o esclarecimento de vários pontos. Como pontapé de saída, quem é Joaquim Bazar?

JB – Joaquim Bazar é um jovem como qualquer outro. Nasci e cresci em Moçambique, onde desenvolvi as minhas competências. A minha carreira está ligada à banca e ao investimento. Sou formado em Gestão Financeira e sou fascinado pelo mercado de capitais.

Trabalhei numa instituição bancária de grande impacto global, que operou em África e passou por Moçambique. Foi a partir dessa experiência que despertei para a ideia de

identificar um problema que emergia do ecossistema financeiro doméstico e procurar uma solução através das informações e ferramentas que tinha adquirido enquanto colaborava com aquela instituição.

As falhas do mercado constituíram uma oportunidade para a procura de soluções.

HC – Que falhas foram essas? Pode mencioná-las?

JB – A ausência de operadores independentes para o desenvolvimento do mercado de capitais foi uma das várias falhas que identifiquei e constituiu uma oportunidade. Aliás, escolhi essa falha especificamente porque sempre pensei que as minhas valências estivessem directamente ligadas ao processo de resolução desse problema.



Significa criar um negócio, conceder uma solução ao mercado e fazer com que quem beneficia dessa solução possa pagar por ela. É assim que se faz um negócio.

Trouxemos uma solução e estamos a desenvolvê-la. Para isso, firmámos compromissos com o tecido empresarial, de forma a assegurar não só a inclusão no processo de resolução desta falha, mas também a promoção da literacia financeira.

Já tivemos um crescimento daquilo que temos como solução para o mercado e do nosso próprio negócio. Esse crescimento está também vinculado ao surgimento de uma nova classe de clientes: a classe média, que é cada vez mais exigente.

É uma classe média que tem acesso à informação, às novas tecnologias e que constitui um segmento exigente. Para responder a esse segmento, temos estado a desenvolver um trabalho que visa garantir a sua integração. Tenho orgulho em reafirmar que assumi este desafio em virtude das valências que adquiri ao longo dos anos no sistema financeiro e bancário.

HC – Todo empreendedor e todo idealista que cria ideias enfrenta dificuldades. Sobretudo num país como o nosso, enfrentou dificuldades no percurso, no início da implementação da ideia ou na procura de soluções para as falhas que havia identificado no mercado?

JB – Sendo pioneiros na

HC – Quando fala de tecido empresarial, a que se refere concretamente?

JB – Quando digo tecido empresarial, estou a falar de uma perspectiva de estrutura económica. É inconcebível o desenvolvimento ou a expressão de uma estrutura económica sem inclusão e sem o desdobramento do mercado de capitais.

Falamos do desenvolvimento e da formação de uma economia financeira decorrente do mercado de capitais. Foi isto que pensámos.

Vou repetir: nós sempre tivemos em mente que a expressão e a relevância de Moçambique encontram também espaço no desenvolvimento do mercado de capitais.

Se não tivermos mercado de capitais, então não somos relevantes. Posso garantir isso.

Ademais, se não estamos posicionados ou ao nível de outras economias africanas, isso deve-se, em parte, à ausência de um mercado de capitais suficientemente desenvolvido.

Existe igualmente uma outra questão: a literacia financeira, que, no meu entendimento, constitui um desafio. Talvez devesse ser capitalizada por alguns players ou instituições capazes de criar mecanismos para promover a minimização deste problema, ou melhor, da iliteracia financeira.

Isto cria alguns problemas. Não é necessariamente um erro ou uma falha de merca-



é uma invariável absoluta.

Nessa senda, temos o segundo nível, que é o semi-forte.

HC – O que significa um mercado semi-forte?

JB – O semi-forte significa que o mercado e os

preços absorvem apenas informação do domínio público.

O domínio público significa informações que são veiculadas, publicadas e difundidas pelos órgãos de informação. Estamos a falar de relatórios e contas, anúncios e outras informações tornadas públicas.

O preço absorve esta informação mediante a sua disponibilização pública. Se essa informação não estiver publicamente disponível, então não temos um preço que nos permita decidir de forma racional ou tomar uma decisão informada.



altura, naturalmente que o próprio edifício institucional não estava preparado para uma solução como a nossa. Mas sempre tivemos uma coisa em mente: o reconhecimento da importância e da relevância de Moçambique encontra expressão no desenvolvimento do mercado de capitais e no desenvolvimento da solução que trazemos.

Estávamos convencidos de que esta era uma solução necessária, até porque, na minha perspectiva, o mercado de capitais é fulcral. É central para o reposicionamento e para o desenvolvimento do tecido empresarial.

do. É também uma característica da natureza e da estrutura do nosso mercado.

Por exemplo, quando olhamos para um mercado financeiro, analisamos os níveis de eficiência. Nesse quadro, são normalmente considerados três níveis: o fraco, o semi-forte e o forte.

O primeiro nível, o fraco, depende de factores históricos determinantes no processo de decisão de investimentos. Isto significa que quem depende de factores históricos para fazer uma análise futurística está a assumir que aquilo que aconteceu ontem rigorosamente vai acontecer amanhã. Isto





Porquê? Porque não temos informação disponível. A decisão depende da informação disponível para fazer essa avaliação.

HC – E onde entra a análise fundamentalista?

JB – Temos uma análise que chamamos fundamentalista. A análise fundamentalista permite-nos olhar para o preço em função das informações disponíveis no mercado.

Não posso pegar na análise fundamentalista e assumir que ela vai absorver apenas a informação que considero relevante para determinar o preço. O que está disponível depende daquilo que o mercado considera que deve ser conhecido.

Se eu tiver informação que não está disponível para os outros participantes e a utilizar para influenciar artificialmente o preço, temos um problema. É por isso que chamamos a este nível semi-forte.

HC – E o terceiro nível?

JB – Temos o último nível, não menos importante, que é o forte.

O nível forte significa que o preço é construído e desenvolvido a partir da absorção de informação do domínio público e do domínio privado. Significa que temos insiders, ou seja, pessoas com acesso a informação privilegiada.

Essas pessoas que têm acesso a informação privilegiada não conseguem superar a

composição do próprio preço, porque o preço absorve qualquer tipo de informação, incluindo aquela que é informal.

É isto que dá volatilidade ao mercado. É isto que permite ganhos de capital imediatos e uma valorização mais séria.

HC – Como quebrar esse paradigma?

JB – Primeiro é preciso entender e diagnosticar, para depois fazer a prescrição.

Se diagnosticarmos o problema, podemos utilizar a prescrição adequada para fazer a sua remediação.

O primeiro nível é esse: depender de factores históricos para fazer análises futurísticas.

Isto significa que quem depende de factores históricos para fazer uma análise futurística está a dizer que aquilo que aconteceu ontem rigorosamente vai acontecer amanhã. Isto é uma invariável absoluta.

HC – Quais são as previsões para que o país possa sair desse vazio ou desse paradigma?

JB – A primeira coisa é resolver o problema da massificação de operadores. Operadores sérios. Operadores especializados em mercado de capitais.

O mercado de capitais, pela sua vitalidade e importância, precisa de ser tratado de forma singular e ímpar.

Não pode ser apenas mais uma solução integrada no mercado onde os bancos já estão presentes. Tem de ser tratado de forma específica.

Para esse tratamento específico, é preciso criar um edifício regulatório que circunde a operacionalização deste tipo de actividades.

Esta é uma solução que temos defendido de forma recorrente. Talvez até se torne cansativo, mas precisamos de uma figura semelhante à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

É assim que se chama em Portugal. No Brasil, chama-se Comissão de Valores Mobiliários. A designação não é o mais importante. O âmbito de actuação é que é fundamental.

HC – Porquê?

JB – Porque precisamos de garantir um edifício específico que regule o mercado de capitais.

Fazer mercado de capitais é consolidar confiança e servir a economia real numa perspectiva de promoção de métricas de longo prazo.

Portanto, precisamos de garantir e promover um edifício regulatório específico que circunde o desenvolvimento





das actividades e das soluções do mercado de capitais.

Este é o primeiro passo para garantir e consolidar a confiança no mercado, servir a economia real e assegurar que estamos também abertos ao mundo.

O mundo, pelas experiências que temos vivido, demonstra que o mercado de capitais é fulcral para o desenvolvimento do tecido empresarial.

Porquê? Porque transmite confiança. Transmite pertença. Transmite qualidade.

Portanto, se Moçambique pretende pautar por mudanças estruturais, isso dependerá, em grande medida, da qualidade da pertença e da eficácia das políticas.

Dependerá também da eficácia das políticas que eventualmente terão de ser adoptadas quando se edificar um quadro regulatório específico para esta actividade.

É preciso garantir a eficácia desta regulamentação, aquilo que em inglês chamamos law enforcement, garantir a implementação efectiva e assegurar a aplicação rigorosa,

continua e institucionalizada de planos e estratégias de desenvolvimento.

HC – Olhando para a região e para o continente, qual seria a referência no que diz respeito ao mercado de valores?

JB – A Bolsa está a emergir agora. É uma grande referência. Se calhar, esperava que essa referência fosse a África do Sul.

A África do Sul é uma grande referência, sim, porque quando se fala de África há duas perspectivas. África inclui a África do Sul. O resto de África exclui a África do Sul por alguma razão.

E a razão vou dizê-la agora: é o mercado de capitais.

O que influencia e desenvolve a economia sul-africana é a potencialização e a monitorização do próprio mercado de capitais.

É o sector privado, em grande medida, financiado pelo mercado de capitais. No estudo recente que realizámos, concluímos que o sector privado é maioritariamente financiado pelo mercado de capitais.

HC – O que significa isso para a economia?



JB – Significa que a produção de bens e serviços naquela economia é realizada a partir de um excesso de financiamento. E esse excesso de financiamento está relacionado com o mercado de capitais.

HC – Mas há questões políticas e sociais que podem comprometer esse desenvolvimento?

JB – Sim. Existem choques políticos e sociais que vão surgindo e que podem comprometer o desenvolvimento.

Isto acontece porque aquelas pessoas, os micro e pequenos empresários, geralmente também são investidores.

HC – Por que razão procuram esses mercados?

JB – Por que estão lá? Por que não produzem exactamente nos seus países de origem?

É pela confiança. É sobre confiança. É sobre credibilidade. É sobre o conceito de ter acesso ao mundo.

HC – A segurança?

quando a África do Sul começa com fenómenos como a xenofobia, isto representa um sismo social.

O que está a transmitir ao mercado não é apenas que determinadas pessoas querem ocupar áreas previamente ocupadas por estrangeiros. O que também transmite é que a África do Sul tem alguma coisa de bom.

Em inglês, chamam-lhe go-to country por alguma razão. É um go-to country, uma referência a nível regional e continental, porque tem alguma coisa que atrai as pessoas.

Quando vamos fazer um negócio mineiro, às vezes não precisamos de technicalities. Não precisamos de todos os detalhes técnicos.

Quando olhamos para um conjunto de garimpeiros artesanais a fazer uma exploração, significa que há alguma coisa ali que desperta interesse.

Podemos até dispensar determinados procedimentos iniciais para verificar se existe uma ocorrência geológica de minério.

Quando temos um conjunto de garimpeiros a promover a extração artesanal de minério, significa que existe alguma coisa naquele local.

Por intuição ou através de alguma técnica que tenham conseguido identificar, isso facilita o trabalho de alguém que esteja a fazer a prospecção do mercado.

Eu acho que existe alguma coisa importante. Existem oportunidades. Existe protecção do investidor.

Agora, isto também pode criar algum problema. Momentaneamente, pode gerar retaliações, desconforto social e um verdadeiro sismo social, com consequências que podem desvalorizar muita coisa.

Mas a questão é: por que razão todos querem estar naquele mercado e não querem estar em Moçambique, ou noutro lugar?

Porquê? Porque é exactamente isto: sentem-se protegidos e sentem confiança.

Caso contrário, haveria pessoas que sairiam da Nigéria directamente para a África do Sul, quando poderiam deslocar-se para o Gana, Botsuana ou outras geografias próximas.

Existem várias alternativas, mas, se alguém prefere firmar um compromisso com um país da África Austral, é porque esse país oferece alguma coisa que gera confiança.

Porque, no final do dia,



Namibia's New High Commissioner to Mozambique Pledges Stronger Bilateral Cooperation

Namibia's newly appointed High Commissioner to Mozambique, David A. Thomas, has pledged to strengthen bilateral cooperation between the two countries following the presentation of his Letters of Credence to Mozambican President Daniel Chapo at the State House in Maputo on Wednesday.

Speaking to the media after the accreditation ceremony, Thomas described the occasion as a "special privilege and distinct honour" and reaffirmed his commitment to consolidating the historical ties of friendship, solidarity and cooperation between Namibia and Mozambique.

The High Commissioner said his diplomatic mission would focus on expanding collaboration in the political, economic and diplomatic spheres, while also promoting partnerships in agriculture, gas, energy, port logistics, defence, sports, culture and people-to-people exchanges.

Thomas highlighted

the importance of strengthening economic relations through increased trade and investment. He stressed that both countries should take advantage of the Walvis Bay-Maputo Corridor to boost bilateral trade and advance regional economic integration.

He called on business communities in Namibia and Mozambique to seize the "immense economic opportunities" available in both markets and to work together to expand trade and commercial cooperation for the mutual benefit of the two nations.

The envoy also underscored the need to accelerate the implementation of existing bilateral agree-



NAMIBIA'S NEWLY APPOINTED HIGH COMMISSIONER TO MOZAMBIQUE, DAVID A. THOMAS



ements, including the operationalisation of the Namibia-Mozambique Joint Commission on Cooperation. According to Thomas, the commission is expected to play a central role in implementing cooperation agreements and identifying new areas for deeper collaboration across all sectors.

In addition, the High Commissioner said he would place particular emphasis on reinforcing the longstanding relationship between SWAPO and FRELIMO, which he

described as sister parties with a shared history of solidarity and a common commitment to advancing social and economic development in their respective countries.

Thomas concluded by expressing gratitude to the Mozambican authorities and the media following the ceremony.

The accreditation of Namibia's new High Commissioner comes as both countries seek to deepen cooperation in strategic sectors and strengthen regional integration within Southern Africa.

Delegado da Nigéria na Câmara de Comércio de Moçambique destaca Diplomacia económica com foco em investimento e parcerias empresariais

Delegado da Nigéria na Câmara de Comércio de Moçambique identifica oportunidades nos sectores de mineração, indústria, agricultura, energia e serviços

A chegada do novo Embaixador da República Federal da Nigéria a Moçambique poderá marcar uma nova etapa na cooperação económica entre os dois países, com foco na criação de parcerias empresariais, atração de investimento e desenvolvimento de cadeias de valor regionais.

A avaliação é de Ibrahim Nassene, Delegado da Nigéria na Câmara de Comércio de Moçambique, que defende a necessidade de transformar as relações diplomáticas existentes em negócios concretos capazes de gerar emprego e oportunidades para o sector privado.

Segundo Nassene, a sua missão passa por aproximar empresários moçambicanos e nigerianos, facilitando contactos comerciais e identificando áreas estratégicas de cooperação, com destaque para indústria, mineração, agricultura, energia e serviços.

“Com a chegada do novo Embaixador, esperamos agilizar o diálogo institucional e atrair mais investimento nigeriano para Moçambique. O nosso objectivo é transformar as boas relações políticas em negócios concretos que gerem emprego”, afirmou.

Calcário e indústria cimenteira como oportunidade regional

Entre as principais oportunidades identificadas está o fornecimento de calcário moçambicano para operações do Grupo Dangote no Zimbabué e noutras regiões da África Austral.

Moçambique dispõe de reservas de calcário de alta qualidade, considerado um

recurso estratégico para a indústria cimenteira. A exploração deste potencial poderá criar uma cadeia de valor regional, envolvendo produtores nacionais, empresas de transporte, logística e transformação industrial.

Mineração abre espaço para novos investimentos

A mineração é apontada igualmente como uma área com grande potencial de cooperação. Moçambique possui recursos minerais diversificados, incluindo grafite, rubis, areias pesadas e carvão, sectores que poderão atrair investimento nigeriano para actividades de exploração, processamento e comercialização.





tui outro eixo prioritário. A Nigéria, com experiência consolidada neste sector, poderá contribuir através da partilha de conhecimento técnico e cooperação no desenvolvimento de projectos energéticos em Moçambique.

Câmara de Comércio como ponte entre empresas

No comércio e serviços, a Câmara de Comércio de Moçambique pretende funcionar como uma plataforma de ligação entre pequenas e médias empresas dos dois países, promovendo oportunidades nos sectores de logística, construção, bens de consumo e outros serviços empresariais.

A instituição reafirma a sua disponibilidade para aproximar empresários moçambicanos de parceiros nigerianos credíveis, contribuindo para o aumento do investimento, das trocas comerciais e da integração económica entre Moçambique e Nigéria.

A parceria poderá contribuir para aumentar a participação dos dois países nas cadeias de fornecimento regionais e no acesso aos mercados da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Agricultura e agroprocessamento na agenda bilateral

No sector agrícola, a cooperação prevê oportunidades para a exportação de produtos moçambicanos

e investimento nigeriano em unidades de processamento.

A aposta no agroprocessamento poderá permitir maior valorização da produção nacional, criação de emprego e integração de empresas dos dois países em cadeias de abastecimento voltadas para o mercado regional.

Energia e gás: experiência nigeriana como referência

A área de energia, particularmente petróleo e gás, consti-

